

# Credores acham que País quitará atrasos

JOSÉ MEIRELLES PASSOS  
Correspondente

WASHINGTON — A relativa tranquilidade com que os bancos credores do Brasil vêm suportando o atraso no pagamento dos juros, que já se arrasta desde julho do ano passado, atingindo hoje o total de US\$ 5,3 bilhões, foi explicada ontem pelo Presidente do First National Bank of Chicago, Barry Sullivan, que também dirige o Institute of International Finance (IIF), uma associação formada por 180 bancos privados internacionais. Ele disse que o Governo brasileiro acertará as contas nos próximos meses, pouco antes de iniciar a renegociação de toda a dívida externa.

Sullivan revelou que há disposição dos grandes bancos de conceder dinheiro novo ao País:

— Tudo vai depender de um equilíbrio entre o índice de redução do estoque e dos juros da dívida, que o Brasil pretende, e sua necessidade de dinheiro novo.

A possibilidade de uma capitalização de parte dos juros atrasados é algo discutível, em sua opinião. Ele disse que muitos bancos americanos não gostam dessa idéia, mas não descartou a possibilidade de que ela seja aceita por alguns credores.

— É bem provável, porém, que isso não seja necessário, pois a nossa opinião é de que o Brasil vai pagar os atrasados antes de começarmos a renegociação — disse Sullivan, comentando a moratória informal está custando caro ao Brasil:

— Esse custo é pago de duas formas. De um lado, um grupo de bancos já decidiu que não voltará mais a emprestar um centavo ao Brasil. De outro, estão os grandes investidores, que vão demorar a aplicar novamente no País.

Sullivan divulgou um documento

## Juros em atraso

A tabela mostra o total de juros em atraso de cada país com os bancos comerciais, no final de cada período. O Brasil, por exemplo, acumulava, no fim de março, um débito de US\$ 5,3 bilhões.

|                      | 1988         | 1989          | 1990<br>MARÇO |
|----------------------|--------------|---------------|---------------|
| Argentina            | 1.949        | 5.139         | 6.150         |
| Bolívia              | 220          | 192           | 195           |
| Brasil               | 0            | 3.250         | 5.300         |
| Camarões             | 0            | 76            | 100           |
| Costa Rica           | 248          | 325           | 345           |
| Costa do Marfim      | 439          | 564           | 610           |
| Ecuador              | 804          | 1.189         | 1.345         |
| Egito                | 82           | 108           | 115           |
| Marrocos             | 0            | 0             | 0             |
| Nigéria              | 569          | 346           | 300           |
| Panamá               | 177          | 404           | 460           |
| Paraguai             | 16           | 28            | 30            |
| Peru                 | 1.946        | 2.539         | 2.765         |
| Polônia              | 0            | 145           | 340           |
| República Dominicana | 0            | 69            | 95            |
| <b>TOTAL</b>         | <b>6.449</b> | <b>14.374</b> | <b>18.150</b> |

FONTE: Instituto Internacional de Finanças

do IIF sobre o atraso no pagamento dos juros pelos países endividados. A relação de caloteiros contém 15 países, com um total de US\$ 18 bilhões

em atraso, sendo que a Argentina deve US\$ 6,1 bilhões, e o Brasil, US\$ 5,3 bilhões. “Estamos preocupados com a nova política do FMI de tolerar os atrasos nos pagamentos dos juros, pois isso está minando uma aplicação efetiva da estratégia da dívida (o Plano Brady)”, diz o documento. “Os atrasos acabaram sendo encarados por alguns países como uma arma de negociação. E ao aceitar a idéia desses atrasos, o FMI está

justificando a posterior declaração de uma moratória”.

● **DÍVIDA** — O Deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP) apresentou ontem projeto de decreto legislativo para invalidar a portaria 222 do Ministério da Economia, que obriga Estados e municípios a pagarem 47% das suas dívidas externas que vencem este ano. Segundo o Deputado, a portaria é ilegal, uma vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estipula a participação de 75% dos recursos do Tesouro no refinanciamento da dívida externa das prefeituras e dos governos estaduais.